



Moisés de Lemos Martins & Manuel Pinto (Orgs.) (2008)  
*Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação*  
6 - 8 Setembro 2007, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho)  
ISBN 978-989-95500-1-8

---

## A Ordem Interna nos Noticiários Televisivos



TÂNIA DE MORAIS SOARES, VANDA CALADO

CESC/ISCTE e CIMJ - tania.soares@iscte.pt

### Resumo:

Grande parte dos discursos sobre os media, e sobre a televisão em particular, permanecem na ambiguidade, vagueando entre o se arvorar em “Quarto Poder”, o facto de ser instrumentalizada ou instrumento de manipulação, ferramenta de emancipação ou de embrutecimento dos indivíduos.

Os diferentes media tendem a autopromover-se e a confrontar os resultados obtidos no mercado das audiências. Assumem identidades e perfis mais ou menos contrastantes, reclamam funções distintas e assumem um maior conjunto de papéis no âmbito da esfera pública e privada.

A informação constitui-se, neste contexto, como um dos géneros televisivos de excelência. O papel e a função dos principais blocos informativos da televisão portuguesa têm vindo a ser fortemente debatidos quer no âmbito científico, quer pelo poder político, pelo poder económico, pelos próprios meios de comunicação social e pelas instâncias reguladoras.

No âmbito dos estudos televisivos, muito se tem escrito sobre a informação e sobre os critérios de noticiabilidade. Em Portugal, surgiram também importantes trabalhos de investigação nesta área, designadamente, sobre os principais blocos informativos da televisão portuguesa. Este paper pretende contribuir para um conhecimento aprofundado sobre os conteúdos e modalidades de mediatização da informação televisiva, através da partilha de informação que tenho reunido em investigações desenvolvidas em torno da análise de conteúdo dos principais noticiários dos canais generalistas portugueses.

### Palavras-chave:

Televisão, noticiários, informação, interesse público .

---

Grande parte dos discursos sobre os *media*, e sobre a televisão em particular, permanecem na ambiguidade, vagueando entre o se arvorar em “Quarto Poder”, o facto de ser instrumentalizada ou instrumento de manipulação, ferramenta de emancipação ou de embrutecimento dos indivíduos.

Os diferentes canais tendem a autopromover-se e a confrontar os resultados obtidos no mercado das audiências. Assumem identidades e perfis mais ou menos contrastantes, reclamam funções distintas e assumem um maior conjunto de papéis no âmbito da esfera pública e privada.

Proclama-se ainda a possível inversão da dominação de um modelo político para um modelo económico. Do paradigma político, assente na desconfiança face à influência política e cultural sobre a televisão, e onde se impunha a necessidade de uma política de orientação que escapasse às leis do mercado, passa-se para o domínio do paradigma económico, que não considera a comunicação uma actividade excepcional, devendo esta reger-se pelas leis do mercado e suas implicações. O

sistema dos *media*, tende então a esbater as barreiras entre as actividades culturais e as actividades de empresa, instaurando uma nova forma produtiva das relações comunicacionais. Trata-se da extensão da lógica económica à esfera cultural, de um sistema que condiciona o tipo e a função do processo de consumo e a sua qualidade, tal como a autonomia do consumidor.

O espaço público, essencialmente *simbólico*, surge como uma das condições estruturais do funcionamento da democracia e pressupõe o debate das problemáticas e acontecimentos de maior visibilidade ou de maior relevo num determinado momento. Condição indissociável do alargamento do espaço público é a importância que os *media* vêm assumindo na sociedade contemporânea, dada a globalização das técnicas de comunicação que garantem a possibilidade de generalizar a informação em tempo real, e ainda dada a omnipresença dos *media*, que proporcionam um conhecimento alargado (embora mediatizado e mediado) da realidade.

A actual omnipresença da televisão poderá assumir ainda maior relevância, para alguns segmentos de público, face ao crescimento do sector da comunicação. Daí a urgência em encontrar resposta para questões relacionadas com o lugar e o papel dos *media* num espaço público consideravelmente atravessado pela comunicação.

A informação constitui-se, neste contexto, como um dos géneros televisivos de excelência. O papel e a função dos principais blocos informativos da televisão portuguesa têm vindo a ser fortemente debatidos quer no âmbito científico, quer pelo poder político, pelo poder económico, pelos próprios meios de comunicação social e pelas instâncias reguladoras.

No âmbito dos estudos televisivos, muito se tem escrito sobre a informação e sobre os critérios de noticiabilidade. Em Portugal, surgiram também importantes trabalhos de investigação nesta área, designadamente, sobre os principais blocos informativos da televisão portuguesa. Este *paper* pretende contribuir para uma discussão aprofundada sobre os conteúdos e modalidades de mediatização da informação televisiva, através da partilha e discussão de informação<sup>1</sup> que temos reunido no desenvolvimento da nossa actividade académica e de investigação realizada em torno da análise de *media* e, designadamente, dos principais noticiários dos canais generalistas portugueses.

Entre algumas das tendências fundamentais da análise dos noticiários televisivos, identifica-se a crescente importância que as notícias sobre “Ordem Interna” têm vindo a assumir. Efectivamente, a par de temas sobre “Política Nacional” e sobre “Desporto”, designadamente Futebol, a “Ordem Interna” é um dos assuntos mais noticiados.

Este *paper* visa, precisamente, caracterizar os conteúdos e a relevância atribuída às notícias sobre “Ordem Interna” nos principais noticiários da televisão generalista portuguesa, dando conta das estratégias de valorização editorial do tema, bem como dos protagonistas e das fontes consultadas para a produção das peças sobre este assunto. Pretende ainda relacionar estes dados com a noção de interesse público.

O tema “Ordem Interna” refere-se, geralmente a questões relacionadas com o âmbito de gestão do Estado no que diz respeito ao regular funcionamento do país, por oposição a Ordem ou Política Externa. Neste artigo o termo aplica-se a acontecimentos que se relacionam com questões de segurança interna de pessoas e bens, assim como acções de actividades policiais em geral, vigilância, protecção, prevenção e intervenção. Os organismos que têm um campo de acção relacionado com a “Ordem Interna” são o Ministério da Administração Interna e as estruturas aí tuteladas (Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Bombeiros e Protecção Civil, Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária e os

---

<sup>1</sup> Monitorização dos Noticiários Televisivos 2006, Entidade Reguladora para a Comunicação Social. Tendências dos Telejornais de Horário Nobre em Portugal (entre 2003 e 2005), CIMDE. Jornalismo e Actos de Democracia, CIMJ. Elementos para uma teoria da notícia: estudo de caso sobre a análise da mediação jornalística portuguesa do problema social HIV/AIDS, CIMJ. Congressos e Convenções Partidárias. Como se relacionam os políticos e os jornalistas de televisão, OberCom.

Governos Cívicos) e algumas das estruturas tuteladas pelo Ministério da Justiça (Polícia Judiciária, Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, Instituto Nacional de Medicina Legal, etc.). Os acontecimentos aqui enquadrados têm, geralmente, uma natureza mais episódica do que programada, como sejam crimes, conflitos, agressões, ameaças e actos de violência em geral, calamidades naturais, acidentes, incêndios, tragédias, etc.

Uma parte significativa destes assuntos, nomeadamente os que se reportam à regulação das actividades criminais surge, posteriormente, enquadrada institucionalmente no âmbito judicial. Isto significa uma tendência para o acompanhamento jornalístico de determinadas problemáticas cujo desenvolvimento decorre através de um enquadramento jurídico processual, designadamente, nos tribunais, constituindo-se como casos de justiça. Alguns destes casos assumem destacada relevância mediática, de que é exemplo o processo “Casa Pia”, conduzindo inclusive ao aprofundamento de algumas linhas de pesquisa científica, enquanto que a problemática mais vasta associada à mediatização da justiça produziu reflexões teóricas tão profícuas como, por exemplo, as decorrentes da obra de Boaventura Sousa Santos.

Efectivamente tem-se verificado o acentuar da relevância noticiosa que estas temáticas têm vindo a assumir nos media, não apenas na informação televisiva, mas também na imprensa, designadamente na imprensa dita tablóide.

Concretamente, os estudos realizados em Portugal e referidos acima<sup>2</sup>, indicam que a “Ordem Interna” é, não apenas um dos temas mais tratados nos noticiários televisivos, como também o principal tema de abertura, em particular no caso dos operadores privados. Os temas ligados à “Ordem Interna” e ao “Desporto” surgem entre os mais promovidos através de chamadas de atenção (enunciados do pivot ou pequenas peças editadas que remetem para uma notícia a desenvolver), o que pode indiciar a sua capacidade para reter a atenção, contribuindo para a fidelização da audiência.

Esta temática está ainda entre as primeiras no que se refere ao número de emissões em directo a partir do local do acontecimento, em particular no caso dos operadores privados. Estes conferem especial relevância à temática, não apenas no que se refere ao significativo número de peças emitidas sobre o assunto, mas também no que se refere ao tempo total dedicado à temática no interior do noticiário, bem como à duração média das notícias sobre “Ordem Interna”.

Quanto aos protagonistas e fontes de informação consultadas nas notícias relacionadas com a “Ordem Interna”, destacam-se claramente os representantes das Forças de Segurança, Bombeiros e Protecção Civil, bem como os cidadãos comuns, frequentemente consultados na qualidade de testemunhas ou vítimas dos acontecimentos. Ocasionalmente intervêm ainda na qualidade de suspeitos ou acusados. Os intervenientes neste tipo de notícias são fundamentalmente cidadãos nacionais, no entanto, são também significativas as notícias protagonizadas por cidadãos estrangeiros enquadrados como assuntos de “Ordem Interna” dos seus respectivos países, por exemplo assuntos sobre crimes ou furacões nos Estados Unidos (caso Katrina).

Esta tendência não se verifica obviamente apenas nos *media* nacionais, como também internacionalmente, conforme comprovam estudos como o “*News Around the World*” de Shoemaker e Cohen<sup>3</sup> (2006: 43), em que os assuntos relacionados com “Ordem Interna” surgem nos noticiários televisivos da maior parte dos 10 países analisados como o segundo tema mais abordado. Segundo estes autores, este assunto revela, em comparação com as outras temáticas integradas na análise,

---

<sup>2</sup> Consultar os sítios na Internet da ERC e CIMDE.

<sup>3</sup> Este estudo foi posteriormente aplicado aos noticiários dos canais generalistas portugueses pelo CIMDE, coordenado por Joel Silveira e Gustavo Cardoso, de cuja equipa de investigação fez parte a autora Tânia de Moraes Soares. Os dados relativos a este estudo foram divulgados numa Conferência realizada no âmbito das comemorações dos 50 anos da RTP, ver [www.rtp.pt](http://www.rtp.pt).

um dos maiores níveis de desviância normativa, quer visual, quer verbal (2006: 53). A “Ordem Interna” enquanto temática de noticiários televisivos internacionais regista níveis bastante elevados de peças com uma desviância muito significativa. Em países como Israel e África do Sul são as notícias, que no conjunto de temas, obtêm níveis mais elevados. Na maior parte dos outros países analisados (Austrália, Alemanha, Índia e EUA) a “Ordem Interna” posiciona-se em segundo lugar em termos de peças com uma desviância muito significativa (2006: 57)<sup>4</sup>.

Sendo veículos privilegiados de transmissão de informação, os *media*, e especialmente a televisão, permitem um acesso massificado dos públicos aos conteúdos. De acordo com Giddens (2000), a globalização da informação permitiu uma integração massificada de experiências da vida social, tal como possibilitar aos indivíduos a familiarização com esferas outrora privadas, assegurando a circulação do discurso e contribuindo para o alargamento do domínio público (Balandier, 1999).

Consideram-se, portanto, intervenientes de um processo simbólico de mediação entre os indivíduos, ou públicos, e outras esferas da vida social (Cádima, 1996), na medida em que facilitam e promovem o conhecimento de determinados acontecimentos, constituindo um guia, direcção, selecção, interpretação, crítica, organização e estruturação das informações. Actuam como um intermediário tradutor das complexidades que rodeiam os acontecimentos (Pereira, 1999). Neste sentido, as notícias são co-produzidas (Stanyer, 2001), tendo como pressuposto que os acontecimentos e os seus protagonistas são a matéria-prima fundamental para a construção do discurso jornalístico, os definidores primários, enquanto os *media* seleccionam e reempacotam o material transformando-o em produto final para a audiência de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas (Hall, 1978).

O discurso jornalístico é uma construção da realidade social baseada na representação que os *media* fazem dos acontecimentos. Apesar do produto final transmitido corresponder à realidade exterior, as notícias são narrativas, «estórias» com uma dimensão cultural que possuem a sua própria matriz de significados, padrões e discursos (Traquina, 2002).

O conceito de «campo jornalístico» proposto por Pierre Bourdieu (in Traquina, 2002) define o jornalismo como uma comunidade composta por um segmento de agentes sociais que utilizam o jornalismo como recurso para as suas estratégias de comunicação, sendo um grupo de profissionais que possuem um conjunto de conhecimentos especializados, nomeadamente na definição do que é notícia. É neste sentido que os *media* contribuem de forma activa para a construção da realidade. Tendo em consideração este paradigma das notícias como construção, o discurso jornalístico não transmite directamente o significado inerente aos acontecimentos, antes, constrói a sua própria representação dos mesmos, por via de vários constrangimentos, de entre eles, aqueles que advêm da própria configuração do campo jornalístico, da sua interacção com outros campos sociais, dos constrangimentos organizativos do trabalho jornalístico e de uma cultura profissional partilhada que orienta as práticas sociais. Deste conjunto resultam exigências organizacionais que definem a noticiabilidade (Traquina, 1993), ou seja, os critérios de selecção das notícias (Schudson, 1988)<sup>5</sup>.

Desta forma, invocamos o paradigma do *agenda-setting*, trabalhado por McCombs e Shaw (1972) por sugerir que as notícias veiculadas pelos *media* orientam as prioridades dos temas dos públicos. Os acontecimentos que sobressaem nas notícias tornam-se nas questões que o público recorda como as mais importantes. Desta forma, o agendamento refere-se, não à determinação de

<sup>4</sup> O conceito de *desviância estatística* refere-se à probabilidade de ocorrência efectiva de um determinado acontecimento, relacionando-se com a sua diferença relativa à média estatística. Quanto mais improvável for a ocorrência de um determinado acontecimento, remetendo para a natureza mais episódica do que programada do mesmo, mais será estatisticamente desviante (ver Shoemaker e Cohen, 2006).

<sup>5</sup> Schudson citado por Esteves in Revista de Comunicação e Linguagens, 21-22, p. 100.

opiniões sobre um assunto, mas sim à transmissão da sua saliência. Portanto, as práticas jornalísticas influenciam a proeminência de determinados assuntos ou acontecimentos que acabam por dominar a atenção do público (Norris, 1999). Para além disso, não se limitam a transmitir informação e conhecimento, traçam também a categorização dos acontecimentos, resultando numa relação de dependência entre os *media* e os seus públicos, por um lado, ao nível da escolha dos temas abordados quotidianamente e, por outro, ao nível da importância conferida a determinados temas. Estas práticas tornam também possível a rotinização do trabalho jornalístico. A teoria do *agenda-setting* postula o aumento da dependência dos destinatários da informação em relação aos *media*, assente na crescente importância conferida aos mesmos, oferecendo às audiências a consciência da existência de determinadas realidades que escapam à vivência quotidiana dos indivíduos (Giddens, 1993). Esta dependência configura-se nos temas enunciados na “ordem do dia” pelos *media*, assim como na prioridade e importância a partir das quais esses temas são dispostos na “ordem do dia”.

Ora, a determinação do agendamento é realizada através de um conjunto de valores-notícia que permitem decidir que acontecimentos serão cobertos, que fontes serão incluídas ou excluídas, os parâmetros da cobertura e a sua proeminência. Os valores-notícia são partilhados pelo campo jornalístico, resultando numa prática jornalística também ela partilhada (Norris, 1999), contribuindo para a construção de uma realidade social que irá influenciar a perspectiva do público sobre esses acontecimentos. Deste modo, podemos definir noticiabilidade como o conjunto de critérios e operações que fornecem os instrumentos adequados para o tratamento jornalístico, ou seja, possuem valor como notícia. Constituem um instrumento de tipificação que tem como objectivo resolver questões práticas. Porém, os valores-notícia não são estanques e evoluem com o tempo, crescendo a isso o incremento da especialização temática que tem tornado estes critérios em práticas organizativas. Estes dependem do conteúdo das notícias, da disponibilidade do material, de critérios quanto ao produto informativo, do público e da concorrência. A concorrência entre meios de comunicação também tem influência na selecção das notícias transmitidas e na prioridade de alguns valores-notícia sobre outros.

Existem três fases constituintes das rotinas produtivas dos meios de comunicação social comuns a todos eles: a recolha, selecção e apresentação. Na fase da recolha, o jornalista “corre atrás” dos acontecimentos, ainda que, hoje em dia, os acontecimentos afluam constantemente sobre os jornalistas (função das agências). De forma a tentarmos compreender os factores que influenciam o processo de selecção das notícias e que caracterizam as formas de mediação dos jornalistas apresentamos alguns dos critérios que, na literatura, têm vindo a definir aquilo que é noticiável: o grau e o nível hierárquico das personalidades envolvidas no acontecimento, a sua proeminência perante o público, o impacto sobre a nação ou o interesse nacional, o número de pessoas envolvidas no acontecimento, a proximidade, a relevância e significância dos acontecimentos face ao desenrolar de determinada situação. Por outro lado, a disponibilidade de materiais e as características específicas do produto comunicativo também constituem critérios de noticiabilidade. A disponibilidade refere-se à facilidade de certo acontecimento ser ou não coberto pelos *media*. Existem ainda outros critérios como a brevidade, a actualidade, o equilíbrio do noticiário, a negatividade, a disponibilidade de imagens (especialmente, no caso da televisão) e o tempo de produção.

Esta breve explanação de alguns contributos teóricos visa incitar à reflexão sobre os valores-notícia associados aos temas relacionados com a “Ordem Interna”. Alguns destes já foram enunciados anteriormente, designadamente a sua imprevisibilidade e o desvio normativo. Estes factores estão ainda associados à discussão em torno da negatividade da informação. Efectivamente, estes assuntos, pela sua forte relação com a problemática da segurança, pelo acentuado enfoque nas actividades criminais, calamidades naturais e acidentes, prestam-se a uma grande carga

negativa. Relatam essencialmente acontecimentos negativos, que colocam em causa a segurança de pessoas e bens e que levantam perante o público um conjunto de preocupações sociais e representações padronizadas sobre valores sociais, reproduzindo situações que geram processos de identificação e exclusão social.

No âmbito das teorias da inclusão e da exclusão social insere-se a questão da imigração e minorias. Na análise empírica realizada por Isabel Ferin (2006) tendo como base as notícias de imprensa em Portugal, observou-se que estas, na sua maioria, não tinham qualquer tipo de informação quanto ao tipo de imigração, seguidas daquelas onde eram mencionados os imigrantes indocumentados ou ilegais. Os temas mais frequentemente associados a esta categoria são o crime, seguidos pela integração e a clandestinidade. Enquanto protagonistas das peças, destacaram-se as Forças de Segurança (GNR, PSP, PJ, SEF), seguindo-se o Governo. As fontes mais consultadas (apesar de se ter verificado uma grande dispersão) foram o Governo, o SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) e os especialistas.

Já no que diz respeito à análise deste objecto de estudo no meio televisivo (Ferin et al., 2006), conclui-se que a situação jurídica mais observada se referia aos imigrantes com autorização de permanência, seguidos dos indocumentados e ilegais. Também se verificou que a maioria das notícias focava, na mesma peça, várias categorias de imigrantes e minorias seguindo-se, individualmente, os brasileiros, os ucranianos, os cidadãos de Países de Leste e os ciganos. Quando analisada a ocupação dos indivíduos, o estudo mostrou que, na maior parte das notícias, não foi possível a sua identificação. Seguiram-se as referências às profissões não qualificadas, à prostituição e aos desempregados. Em termos de actores que protagonizaram as notícias, destacaram-se os imigrantes, seguidos dos populares/cidadãos, dos especialistas e dos empresários. Relativamente às fontes de informação utilizadas nestas notícias, sobressaíram os populares/cidadãos e os especialistas. As comunidades imigrantes com mais voz foram os cidadãos de Países de Leste e os brasileiros.

Os primeiros estudos realizados na Europa sobre migrações e etnicidade começaram nos anos 70 (Ferin et al., 2006). Nos anos 80, esses estudos revelaram uma ênfase no carácter policial das notícias sobre migração, especificamente, referentes à clandestinidade e criminalidade. Já nos anos 90, o enfoque centrou-se nas políticas de imigração e de integração, assim como na relação entre migração e novas formas de trabalho. A autora identifica ainda outros estudos desenvolvidos na área. Um deles remete os aspectos discriminatórios das notícias para as rotinas jornalísticas e para o controlo social da produção da notícia. Estes estudos revelaram que os *media* recorrem, fundamentalmente, a fontes institucionais, reproduzindo a visão dominante sobre os grupos étnicos e fomentando os estereótipos. Um segundo conjunto de estudos atribui os aspectos discriminatórios à visão empresarial e elitista dos *media* e dos jornalistas. Os autores destes estudos observaram que os grupos minoritários surgem, essencialmente, em notícias sobre crimes ou em festivais musicais e culturais, o que os aproxima do tratamento conferido a outros grupos sociais fragilizados. A estas notícias subjaz um tratamento jornalístico que personaliza, dramatiza uma acção, são tratadas como acontecimentos desviantes e fora do comum, relacionadas com temores e anseios sociais dominantes.

As notícias que se inscrevem na temática “Ordem Interna”, pela referida negatividade e imprevisibilidade, podem ainda constituir material interessante do ponto de vista da imagem. Com efeito, estes meios alimentam-se sobretudo dos produtos audiovisuais, a captura de imagens ilustrativas dos acontecimentos reportados é uma busca e preocupação constante em televisão, independentemente da sua polissemia.

Embora uma parte importante das pesquisas tenha vindo a registar um fosso saliente entre: a representação teórica e de senso comum sobre a profusão e a negatividade das imagens dos

noticiários televisivos por um lado, e as evidências empíricas, que denotam a escassez de imagens verdadeiramente ilustradoras da realidade relatada (a maioria das notícias não apresenta imagens verdadeiramente novas ou capazes de produzir impacto significativo sobre o público) por outro, a verdade é que não se deve negligenciar a força da imagem audiovisual, nomeadamente a força das imagens capazes de produzir efeito de choque.

O lugar comum “uma imagem vale mais do que mil palavras”, pode talvez ser o mote para um novo debate de ideias, se pensarmos que algumas (poucas) imagens podem ter um efeito de eco nos quadros mentais dos indivíduos, criando uma representação multiplicadora da sua ocorrência efectiva. A título de exemplo, podemos pensar nas imagens emitidas a propósito da execução de Saddam Hussein. Apesar de estas se reportarem a assuntos internacionais, faltando-lhe a força do factor proximidade, o facto é que a sua exibição foi contestada por diversos quadrantes e em diversos países, designadamente devido às tragédias ocorridas com crianças, supostamente, decorrentes do seu efeito mimético, levando inclusive à intervenção da Entidade Reguladora<sup>6</sup>.

Outras imagens são mecânica e sistematicamente reproduzidas por alguns canais, criando igualmente o efeito multiplicador a que nos referimos anteriormente, um exemplo ilustrativo pode ser o da exibição “da morte em directo” do jovem jogador do Benfica, Miklos Féher, ou a emotividade decorrente da exibição de imagens de dor e constrangimento de familiares e amigos do actor Francisco Adam<sup>7</sup>, no âmbito da tematização exaustiva do anúncio da sua morte e respectivas cerimónias fúnebres, o mesmo acontecendo no Caso da Ponte Entre-os-Rios. No entanto, não podemos igualmente desprezar o impacto do discurso, e até mesmo a força do discurso na ausência de imagens que retractem acontecimentos trágicos ou socialmente condenáveis, de que são exemplo as citações na integra de testemunhos pormenorizados de abusos sexuais produzidos no âmbito do processo Casa Pia, ou de maus tratos, como no Caso Joana.

As problemáticas relacionadas com crianças têm também, na sequência do explicitado acima, uma significativa relação com o tema “Ordem Interna” embora não sejam os assuntos mais frequentes desta temática. Contudo, o seu interesse é socialmente reconhecido no quadro da Convenção sobre os Direitos da Criança e, designadamente, em termos de regulação das actividades de comunicação social.

No sentido de situar e contextualizar o que temos vindo a referir no quadro legal que enquadra estas problemáticas, convém talvez resumir muito brevemente algumas dessas directivas. De acordo com a Lei da Televisão<sup>8</sup>,

*“todos os elementos dos serviços de programas devem respeitar, no que se refere à sua apresentação e ao seu conteúdo, a dignidade da pessoa humana, os direitos fundamentais e a livre formação da personalidade das crianças e adolescentes, não devendo, em caso algum, conter pornografia em serviço de acesso não condicionado, violência gratuita ou incitar ao ódio, ao racismo e à xenofobia.”*

Especificamente, o quadro nacional que regula a actividade jornalística (como o Estatuto do Jornalista e o Código Deontológico do Jornalista, entre outros)<sup>9</sup>, resumidamente, atesta constituírem-se como deveres fundamentais dos jornalistas: a) abster-se de recolher declarações ou imagens que

<sup>6</sup> Ver Deliberação 2-LLC-TV/2007, em [www.erc.pt](http://www.erc.pt).

<sup>7</sup> Da telenovela “Morangos com Açúcar”, transmitida pela TVI.

<sup>8</sup> Disposto no nº 1 do Artigo 24º da Lei nº 32/2003 de 22 de Agosto (Lei da Televisão).

<sup>9</sup> Lei nº 1/99 de 13 de Janeiro (Aprova o Estatuto do Jornalista). Código Deontológico do Jornalista (Aprovado em 4 de Maio de 1993, em Assembleia Geral do Sindicato dos Jornalistas). Parecer nº 95/2003 da Procuradoria-Geral da República (Direito à imagem – Direito a informar – Recolha de imagens – Intimidade da vida privada – Direitos, liberdades e garantias – Conflito de direitos – Fotografia ilícita – Medidas de polícia). Bases Programáticas – Plataforma Comum dos Conteúdos Informativos nos Meios de Comunicação.

atinjam a dignidade das pessoas; b) não identificar, seja directa ou indirectamente, as vítimas de crimes contra a liberdade e auto-determinação sexual; c) não identificar, directa ou indirectamente, menores de 16 anos; d) não devem ser divulgadas notícias identificativas de pessoas em caso de suicídio ou tentativa do mesmo, a imagem de pessoas mortas, parentes de suspeitos da prática de crimes, assim como, salvaguardar a presunção de inocência até a sentença transitar em julgado. Existindo, no entanto, um enquadramento específico no caso dos noticiários, relacionado com o “interesse nacional”.

Ainda no âmbito da relação do tratamento jornalístico das crianças com assuntos integrados na temática “Ordem Interna”, vários estudos internacionais e nacionais têm focado a problemática da violência na televisão, não apenas no que se refere aos conteúdos dirigidos às crianças mas também nos conteúdos veiculados em horário nobre, designadamente nos noticiários, e nos efeitos produzidos na formação da sua personalidade. A mesma problemática é também abordada do ponto de vista da mediatização da infância e em particular da protecção da identidade das vítimas menores de idade.

De acordo com um estudo coordenado por Cristina Ponte<sup>10</sup>, o número de notícias sobre crianças tem vindo a aumentar ao longo dos anos, especialmente associado a temas da Educação. Não obstante, o estudo registou um aumento da associação das crianças a temas como a pedofilia e a violência sexual, consumos e delinquência.

Esta evolução, explica Ponte (2004), advém de mutações nos *media* que exploram o melodrama como uma representação do mundo orientado por valores, forças morais e emocionais. Segundo a autora, algumas das vítimas apresentam características específicas que as tornam líderes simbólicos, devido à sua pequenez, fragilidade e dependência – caso paradigmático das crianças. Esta representação simbólica coloca o espectador num plano de envolvimento com o acontecimento e com a vítima, com a qual se pode compadecer ou identificar. A autora refere que esta dimensão se encontra orientada para necessidades de ordem emocional.

Outros acontecimentos, como acidentes e catástrofes, encontram-se no plano dos eventos não controlados humanamente, actuando também como processos de identificação com o leitor, na medida em que o discurso jornalístico acentua o lado comum da vítima, através de descrições de particularidades arbitrárias ou de elementos biográficos, condições que também se observam em notícias sobre crianças. Esta lógica melodramática construída não necessita de efeitos dramáticos orientados para as emoções

*“(...) a repetição quase diária, exaustiva, pura e simples, de ocorrências como acidentes, no lar ou fora dele, de que são vítimas crianças (...) cria também ela um efeito de série, uma reificação, a preponderância de um universo mítico e de uma vontade externa, toda-poderosa, a do destino.”*  
(Ponte: 2004, 40).

Sob a égide da mediatização da infância em assuntos relacionados com a segurança das crianças, os crimes exercidos contra crianças, a pedofilia ou pornografia infantil, podemos recordar o recente caso paradigmático sobre o desaparecimento de Madeleine McCann na praia da Luz. Este teve uma intensa e continuada cobertura nos canais generalistas portugueses, durante os primeiros dez dias após o acontecimento, com o relato quotidiano da sequência de procedimentos no âmbito das investigações policiais levadas a cabo. A mediatização deste acontecimento prosseguiu por mais de dois meses, continuando a surgir pontualmente notícias sobre o caso, ainda que, no decorrer de todo este tempo, pouco ou nada de efectivamente novo ou importante para o seu desenlace houvesse para noticiar. Do ponto de vista sociológico não deixa de ser curiosa, a suposta influência

<sup>10</sup> Projecto *Crianças e Jovens em Notícia*, CIMJ in <[http://www.proformar.org/revista/edicao\\_17/educacao\\_com\\_media.pdf](http://www.proformar.org/revista/edicao_17/educacao_com_media.pdf)>.

dos pais da criança desaparecida na produção de pseudo-acontecimentos para dar continuidade à cobertura do caso e, particularmente interessante, a relação que se estabeleceu entre a imprensa portuguesa e a imprensa britânica, no tratamento jornalístico diferenciado das mesmas situações, deixando entrever um processo de defesa da identidade nacional de cada um dos países envolvidos, no que respeita à atribuição de culpas na condução do processo de averiguações e ainda no que se refere à alegada nacionalidade dos suspeitos.

Um dos estudos pioneiros sobre esta temática, que remonta aos anos 80, realizado por Barbara Nelson, incidia sobre a atenção dos meios de comunicação social face aos maus-tratos e desaparecimento de crianças. Nessa década surge ainda outro estudo, da autoria de Noah Fritz e David Altheide, cuja abordagem analítica incidia sobre a contextualização do tema das crianças desaparecidas nos *media* (Cristina Ponte, 2005).

Num estudo realizado por José Rodriguez nos anos 80, que analisa os conteúdos sobre as crianças e a infância no jornal espanhol *El País*, o autor constrói quatro categorias analíticas: 1) *criança vítima*; 2) *criança protagonista*; 3) *criança consumidora*; 4) *criança campo de estudo*. Os resultados do estudo demonstraram que a *criança vítima* surge em 77% das peças, tendo como fontes de informação primordiais as policiais e judiciais. Especificamente, estas notícias tratavam de crianças vítimas de crime, assassinadas, sequestradas. Estas notícias são tratadas, segundo o autor, como ocorrências singulares, revelando um défice no tratamento de problemáticas, decorrendo de acontecimentos pontuais que, por terem sido notícia, tornam o tema genericamente noticiável.

Neste caso específico da *criança vítima*, notícias sobre o seu desaparecimento são contínuas, construindo uma ideia de insegurança e de ameaça do desconhecido. A lógica subjacente destas notícias é a orientação para o acontecimento singular e o privilégio das fontes policiais, o que contribuiu para a configuração deste tema através da repetição de situações similares, mais do que pela diversidade. Ponte afirma, baseada nos estudos de Fritz e Altheide, que

*“Nos Estados Unidos, a cobertura de crianças desaparecidas é valorizada pelo número, numa lógica construtora do risco público mais do que da complexidade e diversidade da sua natureza.”* (2005: 126).

Já na investigação de Monserrat Quesada, enquadrada nos anos 90, o sucesso subjacente à denúncia destes casos pessoais é sustentado pelo puro interesse humano, e não pelo tratamento do acontecimento pelo seu interesse público enquanto problemática social.

Esta questão do enquadramento das notícias, orientadas para o acontecimento ou por oposição, orientadas para uma problemática (Traquina, 2004) quando relacionada com os assuntos de “Ordem Interna” assume contornos indefinidos e remete para a noção de interesse público.

A este respeito, importa salientar a dificuldade em conciliar “o *interesse do público com o interesse público*” (Soares, 2002). Com efeito, parece haver uma certa incompatibilidade entre a defesa de uma lógica de mercado que também se associa ao operador público de televisão (nomeadamente no que concerne a produtos que cativem a atenção dos públicos) e a emissão de conteúdos associados à noção tradicional de serviço público. Trata-se de saber como gerir a relação entre o que a audimetria diz ser de interesse do público e aquilo que são as concepções da vocação cultural e formativa da televisão segundo o conceito de serviço público. Diz respeito, à clarificação das regras de relacionamento das empresas públicas de televisão com o mercado, que tem sustentado, no plano dos conteúdos, a negligência da missão substantiva de serviço público e que, em termos globais, tem estendido uma crise de identidade a toda a comunicação social.

Efectivamente, dificilmente se poderá considerar que notícias que reportam acontecimentos relacionados com a segurança de crianças, com os comportamentos das comunidades imigrantes, ou mais genericamente com a questão da segurança de pessoas e bens, não se revista de interesse

público ou não se pautem por critérios editoriais deontologicamente enquadrados. Contudo, o mesmo assunto e a mesma notícia podem revestir-se de diferentes tipos de enquadramento. A notícia pode centrar-se no acontecimento isolado e nas manifestações e preocupações individuais dos seus protagonistas, ou, contrariamente, centrar-se na problematização dos contextos e situações sociais relevantes para a organização da sociedade.

Se considerarmos um dos assuntos mais tratados e valorizados editorialmente na temática “Ordem Interna” nos noticiários televisivos (nomeadamente em períodos críticos), relacionado com as calamidades ou catástrofes naturais, particularmente os incêndios florestais e as vagas de mau tempo, compreendemos facilmente a dualidade anteriormente referida. Estas ocorrências acarretam geralmente sérios danos pessoais, colectivos, materiais e ambientais, que afectam grande parte dos recursos do Estado e prejudicam gravemente o património público e privado. São ocorrências que envolvem frequentemente um número elevado de pessoas e que afectam directamente o quotidiano de um vasto conjunto de cidadãos e operacionais, bem como a própria sociedade.

Perante estas situações parece indiscutível o seu interesse público e jornalístico. Ainda assim, muitas destas notícias centram-se mais no interesse do público do que no interesse público, pois enquadram o acontecimento numa perspectiva micro, focalizada em reacções personalizadas, em histórias de vida, em casos particulares, na perspectiva de que esses elementos captem mais facilmente a atenção da audiência. Nestes casos também se verifica frequentemente a existência de um efeito multiplicador e ocasionalmente aquilo a que se designou chamar de “um não-acontecimento” ou uma “não-notícia”, no sentido em que se antecipa uma ocorrência, bem como os seus efeitos, e esta não se verifica. A título de exemplo podemos relembrar a vasta cobertura da “Passagem do Furacão Gordon pelos Açores” no Outono de 2006, que deu azo a um elevado número de notícias nos três canais generalistas, que antecipou a tragédia e a calamidade, que amplificou os receios das populações e que nunca chegou a acontecer.

O caso do furacão Gordon é paradigmático da repetição e exploração que os media fazem de determinados acontecimentos, neste caso, associados à “Ordem Interna”. Previa-se que no dia 20 de Setembro de 2006 o furacão Gordon atingisse os Açores. Apesar desse facto não ter ocorrido, pois o furacão passou ao largo do arquipélago, todos os canais de televisão tiveram como tema mais focado este não-acontecimento.

Ainda ao nível das catástrofes naturais, podemos também mencionar o dia 7 de Novembro de 2006, dia em que os noticiários dos 3 canais generalistas preencheram os seus alinhamentos com notícias sobre as inundações e cheias que assolaram o país devido ao mau tempo, mas neste caso já reportando a um acontecimento que, de facto teve lugar, e que afectou pessoas e localidades.

A antecipação de acontecimentos, designadamente os relacionados com o anormal tráfico rodoviário e respectiva prevenção policial, em períodos de saída ou regresso de férias ou em zonas de grande afluxo, provocadas, a título de exemplo, por espectáculos de futebol, não só é frequente nas notícias (pelo menos sazonalmente) como se constata também amiúde a sua não concretização.

Este elenar de algumas tendências observáveis nas notícias que se enquadram numa das temáticas mais valorizadas editorialmente nos principais momentos informativos dos canais generalistas, a “Ordem Interna”, visa contribuir para discutir a razão e os efeitos da progressiva atenção que os *media* lhes têm vindo a conferir, bem como a configuração que deve ou, simplesmente, tenderá a assumir em termos de valor noticioso.

O que vem a ser explicitado prende-se com problemáticas científicas mais alargadas, em torno da função de serviço público de televisão e das atribuições que poderão ser igualmente assumidas pelos operadores privados no âmbito das teorias sobre responsabilidade social.

Estes questionamentos são determinantes na abordagem das transformações do universo dos media e das suas consequências na vida democrática. A imprensa é uma peça essencial do

funcionamento do jogo político. O surgimento e a manutenção de uma imprensa livre e pluralista é condição indissociável da instauração e manutenção de um poder de tipo democrático, embora também insuficiente, pois outras formas de censura<sup>11</sup>, que não apenas a censura política, podem constituir obstáculos importantes ao próprio debate democrático.

Os avanços tecnológicos no campo dos *media* modernos, com avultados meios económicos, é correlativa a uma influência crescente do sector económico sobre o sector da comunicação e sobretudo, sobre a agenda dos *media*. Os interesses económicos dos proprietários ou dos gestores dos recursos de difusão conduzem a uma redução do campo de possibilidades, comparável à operada previamente pelo poder político. Se nos detivermos sobre o domínio da informação, é evidente que estamos longe do modelo no qual todas as tomadas de posição e todos os discursos teriam a mesma possibilidade de aceder ao espaço público:

*“A tendência é sobretudo a da uniformização do facto e a da generalização da “lógica de marketing” que, passou do sector económico propriamente dito (onde nasceu e onde podia ter, dentro de certos limites, a sua razão de ser) para os domínios político (com os inquéritos por sondagem) e cultural (com a audimetria e o triunfo da lógica de best seller no sector da edição), domínios esses sobre os quais tem efeitos definitivamente mais negativos”<sup>12</sup>.*

Efectivamente, nem sempre os interesses dos jornalistas, e fundamentalmente os interesses dos proprietários ou gestores dos *media*, coincidem com os interesses dos receptores. Daí que quanto maior for a capacidade de diversificar e aumentar o volume de produtos comunicativos, tanto mais se deve colocar a questão da responsabilidade dos que exercem actividades de comunicação social. De facto, numa sociedade onde os riscos de rumores são proporcionais ao desenvolvimento da informação, a competência profissional dos jornalistas, dos comunicadores, dos proprietários e dos accionistas dos operadores de televisão, deve ser cada vez maior.

A questão da regulação não se coloca apenas do ponto de vista legislativo mas também do ponto de vista dos princípios de funcionamento da televisão. A noção de regulação é apropriada para falar não apenas de serviço público de televisão mas também de televisão privada, no sentido de garantir a democraticidade deste *medium* de massas. A garantia da democraticidade associada à televisão, decorrente da evidência do seu poder de influência na sociedade e, concretamente, a defesa da sua independência face ao poder político, é um assunto intensivamente focado pelos defensores da existência de um serviço público de televisão que mantenha uma significativa capacidade de intervenção, no sentido de assegurar o funcionamento democrático das sociedades.

Interessa discutir o que deve ser o espaço das televisões, no sentido de redefinir que tipo de constrangimentos e limites se devem introduzir, isto é, discutir a regulação e construir um novo modelo em que se atribui competências a cada uma das partes, e que, respeitando o pluralismo e a iniciativa empresarial, seja também capaz de corresponder a interesses diversos e incentivar a auto e a co-regulação.

Neste sentido, a temática que serviu de base a este artigo – “Ordem Interna” – pode funcionar como um exemplo paradigmático para esse mesmo questionamento. Existem diferenças entre um acontecimento de interesse público e o tratamento jornalístico de um acontecimento de interesse público. Especificamente, a evolução social e tecnológica dos *media* permitiu o acesso dos públicos a assuntos que, de outra forma, estariam limitados espacial e temporalmente (cabendo ainda reflectir

<sup>11</sup> Ver Paquete de Oliveira, J. M., (1988), *Formas de “Censura Oculta” na Imprensa Escrita em Portugal no Pós 25 de Abril (1974-1987)*, Vol. I, Tese de Doutoramento, Lisboa: ISCTE.

<sup>12</sup> Champagne, P. (2001), “Os média, as sondagens de opinião e a democracia” in Presidência da República, (2001), *Os Cidadãos e a Sociedade de Informação*, colecção Debates, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

os que ainda decorrerão da implementação da Televisão Digital Terrestre). No entanto, importa pensar o tratamento jornalístico, muitas vezes em continuidade, de determinados acontecimentos. O tratamento jornalístico imediatista, descontextualizado, repetitivo, não orientado para a problemática, mas sim para a própria ocorrência e, normalmente, assente em fontes de informação pouco diversificadas pode não se enquadrar na noção de interesse público. Aproximando-se mais da lógica empresarial dos *media*, em função das audiências e da concorrência entre operadores televisivos. Este artigo não pretende fornecer asserções definitivas nem defender soluções padronizadas, apenas oferecer pistas para o questionamento desta problemática.

## Bibliografia

- Aronchi de Souza, J. C. (2004), *Géneros e Formatos na Televisão Brasileira*, São Paulo: Editora Summus.
- Aznar, H. (2006), *Comunicação Responsável – A Auto-regulação dos Media*, Porto: Porto Editora.
- Balandier, G. (1999), *O Poder em Cena*, Coimbra: Minerva.
- Berger, P. L., Luckmann, T. (1966), *A Construção Social da Realidade*, Petrópolis: Vozes.
- Bertrand, C. (2002), *Deontologia dos Media*, Coimbra: Minerva Coimbra.
- Bustamante, E. (2004), *A Economia da Televisão – As Estratégias de Gestão de um Media*, Porto: Campo das Letras.
- Cádima, F. R. (1996), *O Fenómeno Televisivo*, Lisboa: Círculo de Leitores.
- Calado, V. (2007), “O Tratamento dos Eventos Partidários na Imprensa Portuguesa: Mediação e Discursos Jornalísticos”, in Ferin, I., (coord.) (2007) *Jornalismo e Democracia*, São Paulo: PAULUS Editora.
- Calado, V. (2005), “Mediação jornalística dos eventos partidários: Lógicas de mediatização do campo jornalístico”, in Livro de Actas do 4º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (2005) (Edição em CD-ROM), Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Cascais, F. (2001), *Dicionário de Jornalismo: As Palavras dos Media*, Lisboa: Verbo.
- Champagne, P. (2001), “Os média, as sondagens de opinião e a democracia” in Presidência da República, (2001), *Os Cidadãos e a Sociedade de Informação*, colecção Debates, Lisboa: INCM.
- Dayan, D., Katz, E. (1999), *A história em directo – os acontecimentos mediáticos na televisão*, Coimbra: Minerva.
- Esteves, J. P. (1995), “Novos desafios para uma teoria crítica da sociedade. A questão política da comunicação moderna”, *Revista de Comunicação e Linguagens*: 21-22, (1995).
- Feintuck, M. (2006), *Media Regulation, Public Interest and the Law*, Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Ferin, I. et al. (2004), *Media, Imigração e Minorias Étnicas*, Lisboa: ACIME.
- Ferin, I. et al. (2006), *Media, Imigração e Minorias Étnicas II*, Lisboa: ACIME.
- Giddens, A., (1993), *Sociology*, London: Polity Press.
- Gidens, A. (2000), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras: Celta Editora.
- Habermas, J. (1984), *Mudança Estrutural da Esfera Pública: Investigações quanto a uma categoria da Sociedade Burguesa*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

- Hall, S., et. al. (1978). *Policing the Crisis – Mugging, the State, and Law and Order*. New York: Holmes & Meier Publishers, Inc.
- Lopes, F., (1999), *O Telejornal e o Serviço Público*, Coimbra: Minerva.
- López, G. C. (2003), *Desinformação e os Limites da Informação*, Lisboa: Folhas e Letras-Editora.
- McCombs, M. E., Shaw, D. L. (1972), “The Agenda-setting Function of the Media”, *Public Opinion Quarterly*, vol.36.
- Mesquita, M. (2003), *O Quarto Equívoco. O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea*, Coimbra: Edições Minerva Coimbra.
- Neveu, É. (2005), *Sociologia do Jornalismo*, Porto: Porto Editora.
- Norris, P., et al. (1999), *On Message – Communicating the Campaign*, Sage Publications: London.
- Paquete de Oliveira, J. M. (1988), *Formas de “Censura Oculta” na Imprensa Escrita em Portugal no Pós 25 de Abril (1974-1987)*, Vol. I, Tese de Doutoramento, Lisboa: ISCTE.
- Pereira, S. (1999), *A Televisão na Família, Minho, Coleção Infans*, Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho.
- Pinto, M. (2002), *Televisão, Família e Escola, Coleção: Ensinar e Aprender*, Lisboa: Editorial Presença.
- Pinto, M. (org.) (2005), *Televisão e Cidadania – Contributos para o Debate sobre o Serviço Público*, Lisboa: Campo das Letras.
- Ponte, C. (2004), *Leituras da Notícias. Contributos para uma Análise do Discurso Jornalístico*, Lisboa: Livros Horizonte.
- Ponte, C. (2005), *Crianças em Notícia. A Construção da Infância pelo Discurso Jornalístico (1970-2000)*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Poster, M. (2000), *A segunda era dos Média*, Oeiras: Celta Editora.
- Rebelo, J. (2000), *O Discurso do Jornal*, Lisboa: Editorial Notícias.
- Santos, R. (2003), *Jornalistas e Fontes de Informação – A sua relação na perspectiva da Sociologia do Jornalismo*, Coimbra: Minerva Coimbra.
- Serrano, E. (2006), *Jornalismo político em Portugal – a cobertura de eleições presidenciais na imprensa e na televisão (1976-2001)*, Lisboa: Edições Colibri.
- Sfez, L. (1993), *Dictionnaire Critique de la Communication*, Paris: Presses Universitaires de France.
- Shoemaker, P. J., Cohen, A. A. (2006), *News Around the World. Content, Practitioners, and the Public*, New York: Routledge.
- Soares, T. M. (1996), *SIC versus SIC: A Representação de uma “Realidade” Televisiva*, Dissertação de Licenciatura em Sociologia, Lisboa: Departamento de Sociologia, ISCTE.
- Soares, T. M. (1997), *A ‘Re-Regulamentação do Mercado Televisivo face à Vocação Cultural da Televisão*, paper da Conferência Internacional, Fundação Friedrich Ebert.
- Soares, T. M. (2002), “Cenários Televisivos: Sociologicamente falando sobre Serviço Público de Televisão em Portugal”, *Revista Finisterra*: 44, (2002) Lisboa: Fundação José Fontana.
- Soares, T. M. (2006), “Ciberdeb@te: Um Diálogo sobre Televisão e Internet”, in Cardoso, G., Espanha, R. (orgs.) (2006), *Comunicação e Jornalismo na Era da Informação*, Lisboa: Campo das Letras.
- Sreberny-Mohammadi, A. (1984), “Results of international cooperation”, *Journal of Communication*, 34: 121–134.

- Stanyer, J. (2001), *The Creation of Political News: Television and British Party Political Conferences, Great Britain: Sussex Academic Press.*
- Traquina, N. (2002), *O que é – Jornalismo, Lisboa: Quimera.*
- Traquina, N., (1993), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”, Lisboa: Vega.*
- Traquina, N. (2004), *A Tribo Jornalística – Uma Comunidade Transnacional, Lisboa: Editorial Notícias.*
- Vivarta, V. (coord.) (2003), *O Grito dos Inocentes: Os Meios de Comunicação e a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, São Paulo: Editora Cortez.*

**Sites consultados:**

Biblioteca Online de Ciências da Comunicação  
<<http://www.bocc.ubi.pt>>

Entidade Reguladora para a Comunicação Social  
<<http://www.erc.pt>>

Ponte, C., *Crianças e Jovens nas Notícias e EUKIDSONLINE,*  
<[http://www.proformar.org/revista/edicao\\_17/educacao\\_com\\_media.pdf](http://www.proformar.org/revista/edicao_17/educacao_com_media.pdf)>